

SUMÁRIO

<i>Prefácio à 2ª edição</i>	11
<i>Prefácio à 1ª edição</i>	13

PRIMEIRA PARTE

PROPEDÊUTICA DO DIREITO NOTARIAL

Capítulo I

ESCORÇO HISTÓRICO DO NOTARIADO

1. Origem e evolução do notariado	25
1.1. Antecedentes	25
1.1.1. Antecedentes remotos	25
1.1.2. Antecedentes na Grécia	28
1.1.3. Antecedentes em Roma	29
1.2. Origem institucional e científica do notariado	30
1.3. A evolução do notariado	35
1.3.1. França	36
1.3.2. Espanha	39
1.3.3. Portugal	42
1.3.4. Itália	45
2. O notariado no Brasil	47
2.1. A influência portuguesa no notariado brasileiro	47
2.2. O notariado e os funcionários da justiça	64
2.2.1. Política notarial brasileira	64
2.2.2. Os notários na organização judiciária	70
2.3. A Constituição de 1988, a Lei n. 8.935/94 e o notariado brasileiro	79

Capítulo II

A INSTITUIÇÃO NOTARIAL

1. Exame preliminar	90
2. Notariado de base judicial e administrativa	93
3. Notários funcionários e notários profissionais	95
4. Notariado de número e notariado livre	95
5. Notários autenticantes e notários conselheiros	96

6. Notariado colegiado	98
7. Notariado latino	98
8. Função econômica do notariado latino	101
9. Notariado latino e litigiosidade civil	119
10. Classificação do notariado brasileiro.....	121

Capítulo III

CONFIGURAÇÃO DO DIREITO NOTARIAL

1. Exposição prévia	123
2. Conceito de direito notarial	123
3. Objeto do direito notarial	125
4. Fundamento do direito notarial (uma breve introdução ao princípio da segurança jurídica)	127
5. Conteúdo do direito notarial	131
5.1. Critério instrumentalista	132
5.2. Critério subjetivo	133
5.3. Critério funcionalista	134
5.4. Critério enciclopédico	135
5.5. Ilação	136
6. Classificação das normas de direito notarial	137
6.1. Normas orgânicas do direito notarial	137
6.2. Normas substantivas do direito notarial	139
6.3. Normas formais do direito notarial	139
7. A autonomia do direito notarial	140
7.1. Noção de autonomia no direito	140
7.2. A questão da autonomia no direito notarial	144
8. Taxinomia do direito notarial	149
8.1. Direito público ou privado?	149
8.1.1. Critério subjetivo	150
8.1.2. Critério do interesse protegido	150
8.1.3. Critério da natureza da relação	151
8.1.4. Conclusão	152
8.2. Direito substantivo ou adjetivo?	154
9. Relações do notarial com outros ramos do direito	155
9.1. Relações com o direito civil e comercial.....	155
9.2. Relações com o direito processual	156
9.3. Relações com o direito administrativo	157
9.4. Relações com o direito tributário	157
9.5. Relações com o direito penal	158

10. Fontes do direito notarial	159
10.1. Fontes formais do direito notarial	159
10.2. A legislação notarial	160

SEGUNDA PARTE

FUNÇÃO NOTARIAL

Capítulo IV

A TEORIA GERAL DA FUNÇÃO NOTARIAL

1. Conceito	167
2. Fundamentos	171
3. Princípios que regem a função notarial	173
3.1. Princípio da juridicidade	175
3.2. Princípio da cautelaridade	179
3.3. Princípio da imparcialidade.....	181
3.4. Princípio da publicidade	183
3.5. Princípio rogatório.....	184
3.6. Princípio da tecnicidade da função notarial.....	185
4. Conteúdo da função notarial	186
4.1. O notário como consultor jurídico	188
4.1.1. A consulta escrita	193
4.1.2. A consulta oral	194
4.2. Polícia jurídica	194
4.3. As formas jurídicas	196
4.4. Formas notariais	244
5. Objeto da função notarial	246
5.1. Direitos subjetivos e realização do direito	250
5.2. Direitos subjetivos e função notarial	254
6. Finalidade da função notarial	255
7. Atuação notarial na atualidade: economia de mercado e tutela do hipossuficiente.....	257
7.1. A economia de mercado e suas ingerências no mundo jurídico	258
7.1.1. Caracterização da economia de mercado	258
7.1.2. Os novos contornos do Estado em face da ideologia da economia de mercado.....	266
7.1.3. Direito e neoliberalismo — a teoria contratual e a nova <i>lex mercatoria</i>	273
7.2. Atuação notarial numa economia de mercado	285

7.2.1. O Estado neoliberal e a atividade notarial	293
7.2.2. A nova teoria contratual e a função notarial.....	297

Capítulo V

REALIZAÇÃO NOTARIAL DO DIREITO

1. Arte, método e técnica	304
2. Metodologia jurídica e função notarial	305
3. Técnica jurídica	307
4. Técnica notarial	309
5. Operações da função notarial	312
5.1. Averiguação notarial	314
5.1.1. Desígnio das partes	316
5.1.2. As circunstâncias jurídicas dos sujeitos	318
5.1.3. Estudo de antecedentes	319
5.2. Juízo ou opinião notarial	319
5.2.1. Qualificação	320
5.2.2. Conselho	320
5.3. A documentação	321
5.3.1. Configuração	322
5.3.2. Redação	323
5.3.3. Autorização	323
5.3.4. Registro	324

Capítulo VI

ATOS NOTARIAIS

1. Classificação dos atos notariais	325
2. Normas gerais dos atos notariais	333
3. Atas notariais	344
3.1. Introdução	344
3.2. Breve esboço histórico do instituto	345
3.3. Configuração da ata notarial	348
3.3.1. Conceito	348
3.3.2. Objeto	349
3.3.3. Forma	353
3.3.4. Eficácia	358
3.4. Diferença entre ata notarial e escritura pública	359
3.5. Espécies de ata notarial	361
3.5.1. Atas de protocolização	361

3.5.2. Atas de depósito	362
3.5.3. Atas de presença	363
3.5.4. Atas de notificação	364
3.5.5. Atas de notoriedade	364
3.5.6. Atas de subsanação	366
4. Escritura pública	373
4.1. Parte geral.....	373
4.2. Escrituras imobiliárias.....	381
4.3. Escrituras de imóveis rurais.....	391
4.4. Escrituras de inventário, partilha, separação e divórcio ...	403
5. Procuração pública	433
6. Testamento público	435
6.1. Nótulas introdutórias	435
6.2. História, conceito e objeto do testamento público	436
6.3. Capacidade testamentária	438
6.4. Testemunhas testamentárias	441
6.5. Requisitos e formalidades do testamento público	442
7. Testamento cerrado	451
8. Atos de autenticação notarial — Autenticação de cópia, re- conhecimento de firma, de chancela e de letra	453
<i>Referências</i>	457